

ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A.

CNPJ/ME nº 32.357.481/0001-83

www.allianz.com.br



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da Allianz Brasil Seguradora S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Economia: O segundo ano da pandemia do coronavírus foi marcado pela escalada inflacionária, taxa Selic elevada, retração técnica e grandes incertezas sobre o exercício de 2022. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a inflação acumulada ao longo de 2021 medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O índice registrou uma variação de 10,06% em 2021. A taxa Selic fechou 2021 em 9,25%, o maior patamar desde o ano de 2017. A expectativa para 2022 é de 11,75%. Independentemente dos efeitos da pandemia, o exercício de 2022 será extremamente desafiador. As empresas promoveram readequações em suas estruturas, devido à diminuição do consumo observada nos últimos dois anos e devem enfrentar um cenário de maior oferta do que a demanda, tendo em vista a retomada das atividades da economia, impactando por consequência os preços praticados. Outro fator de extrema relevância para o contexto econômico está refletido nas eleições que ocorreram em 2022 e como o avanço das principais reformas estruturais, quer sejam administrativas e tributárias, serão impactadas, pois delas são grandes as mudanças e benefícios para o cenário econômico brasileiro.

Comentários de desempenho: Os impactos apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devem-se substancialmente pela extinção de subscrição de riscos pela Seguradora a partir de 31 de março de 2021, tal decisão está alinhada com a estratégia do Grupo em concentrar as novas emissões e renovações na Allianz Seguros S.A.. A Seguradora permanecerá responsável por operar o *run-off* das referidas carteiras de seguros, até a reorganização societária que será efetivada no decorrer do exercício de 2022.

Prêmios emitidos líquidos - Ao final do exercício a Seguradora registrou R\$ 289 milhões (R\$ 3,1 bilhões em 2020), representando redução na ordem de 91 %, quando comparado ao mesmo período anterior.

Sinistros ocorridos - Houve uma redução de 37% quando comparados ao mesmo período do exercício imediatamente anterior. **Resultado com resseguro** - O resultado das operações com resseguro apresentou variação positiva quando comparados ao mesmo período anterior, impactado principalmente pelas variações das provisões técnicas e ao aumento das recuperações de indenização.

Despesas Administrativas - As despesas administrativas reduziram em 58% quando comparadas ao mesmo período anterior, com maior impacto na rubrica de despesas com pessoal.

Resultado do período - Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora registrou lucro de R\$ 117 milhões (R\$ 59 milhões em 2020).

Balancos Patrimoniais - O ativo total da Seguradora atingiu R\$ 1 bilhão (R\$ 4,2 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Ao final do exercício o patrimônio líquido totalizou R\$ 260 milhões (R\$ 1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2020). As provisões técnicas de seguros, líquida de resseguros, obtiveram uma redução de 75% totalizando R\$ 675 milhões (R\$ 2,7 bilhões em 31 de dezembro de 2020).

Reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos: A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos Acionistas da Seguradora, devidamente registrado em Ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado. Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. Ao final do exercício, não foi proposta distribuição de dividendos pelo Conselho de Administração.

Reorganização societária: Após a aquisição das operações de

seguro Auto e Massificados, ocorrida em 2020, a estratégia do Grupo Allianz no Brasil levou em consideração a migração sistêmica de todo o portfólio da sua controlada Allianz Brasil Seguradora S.A., para o ambiente tecnológico da Allianz Seguros, promovendo maior sinergia e simplificação dos processos. A partir de então, a controlada Allianz Brasil Seguradora passou a operar em *run-off* e sua incorporação está prevista para ocorrer durante o exercício de 2022. Todas as etapas necessárias para o cumprimento da incorporação estão sendo tratadas junto ao regulador e assessores especializados.

Allianz Seguros: liderança, excelência na jornada do cliente, confiabilidade para os parceiros comerciais e conectividade em produtos e serviços: A Allianz Seguros (Seguradora) é uma empresa do Grupo Allianz, um dos maiores provedores globais de serviços financeiros, predominantemente no setor de seguros e na gestão de ativos, além de líder global em sustentabilidade. Desde 1890, o Grupo Allianz está presente em 70 países, com mais de 100 milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 150 mil colaboradores. É reconhecida como uma empresa sólida, responsável e confiável, que prioriza negócios sustentáveis, sendo a seguradora líder no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Em 2021, foi novamente nomeada a marca de seguros número 1 do mundo no ranking da *Interbrand* e a 3ª no ranking geral. Para cumprir seu propósito *"We Secure Your Future"*, que orienta suas ações e ressalta o impacto da empresa na sociedade, o Grupo Allianz busca os objetivos estratégicos de Superar, Transformar e Reequilibrar. No Brasil há 117 anos, atualmente a Allianz ocupa uma posição de liderança no mercado brasileiro, estando entre as três primeiras seguradoras do país em Ramos Elementares. Com foco no cliente, buscando sempre oferecer a melhor experiência em sua jornada, a companhia tem adotado uma série de iniciativas para que o segurado tenha voz dentro da Allianz. Desta forma, a companhia passa a entender a real necessidade e expectativa do seu cliente, possibilitando uma maior assertividade no fornecimento de soluções, produtos e serviços; além de fortalecer o desenvolvimento do trabalho de corretores, assessorias e parceiros de negócios. Nos últimos anos, a Seguradora deu prosseguimento à sua transformação digital, baseada na estratégia de simplicidade, focada em desburocratizar processos e atingir níveis máximos de simplificação em produtos de varejo e corporativos. Esta estratégia elevou a competitividade, aumentou sua eficiência e proximidade com corretores e clientes. Este modelo resulta em eficiência operacional tanto para a seguradora quanto para os corretores, assessorias e parceiros de negócios, uma vez que o canal de distribuição opera com mais autonomia e processos totalmente automatizados. Este movimento possibilitou oferecer menor tempo de cotação e emissão de apólices do mercado com garantias de proteção mais abrangentes e produtos acessíveis aos clientes. Todo esse processo, juntamente com o uso de inovações tecnológicas facilitadoras do trabalho dos intermediários, como os corretores de seguros, trouxe a esses parceiros de negócios mobilidade corporativa e possibilitaram que seus esforços fiquem concentrados nas vendas e no atendimento e consultoria de seguros ao cliente, e não em atividades burocráticas.

Constituição da Allianz Brasil Seguradora: Com um aporte de R\$ 3,2 bilhões, uma das maiores transações do mercado brasileiro, tanto pelo valor quanto pela complexidade do negócio, a Allianz Seguros concluiu a aquisição das operações de Auto e Massificados da SulAmérica, em julho de 2000, pouco mais de dez meses após o anúncio da compra. Para que essa operação pudesse ser concretizada, desde a assinatura do acordo de aquisição, em agosto de 2019, o processo seguiu com as aprovações dos órgãos reguladores CADE, cuja autorização para venda da operação de automóveis e ramos elementares foi anunciada em 23 de outubro de 2019 - e SUSEP que, em 30 de outubro do mesmo ano, previamente autorizou a reorganização societária estruturada para alienação da

carteira de automóveis e outros ramos elementares. Outras duas etapas importantes para conclusão da transação foram realizadas. A primeira delas foi a separação dos negócios relativos aos ramos de automóvel e ramos elementares adquiridos da SulAmérica, em uma nova companhia, a SulAmérica Auto e Massificados, após publicação de portaria da SUSEP no mês de janeiro de 2020. Na sequência, em 31 de março, com a aprovação da cisão, o que contemplou a segregação sistêmica dos dados, a SulAmérica Auto e Massificados passou a atuar com total autonomia, o que permitiu à Allianz Seguros entrar com o pedido de aquisição da nova companhia. Com isso, após a aprovação prévia da SUSEP para a transferência do controle societário da SulAmérica Auto e Massificados para a Allianz Seguros, concedida em julho de 2020, e o cumprimento das condições estabelecidas no acordo de aquisição, a Allianz pode concluir a compra. Solicitada em 2020, a alteração da denominação social de SulAmérica Auto e Massificados para Allianz Brasil Seguradora S.A foi aprovada e publicada no diário oficial no dia 21 de janeiro de 2021.

Incorporação ao Grupo Allianz: A Allianz Brasil Seguradora foi incorporada ao Grupo Allianz em 1º de julho de 2020 (data retroativa a 10 de julho), e contribuiu para que a seguradora atingisse altos níveis de produtividade em todo Brasil, com participação ativa na venda de seguros nos ramos automóvel, residencial, empresarial, condomínio e habitacional. A incorporação permitiu que a Allianz Seguros dobrasse de tamanho e fizesse parte entre as três principais seguradoras em ramos elementares do País, passando a ocupar a segunda posição no ramo automóvel e a primeira em condomínio. A combinação das operações expandiu a capilaridade da seguradora e potencializou a oferta com serviços cada vez melhores e negócios mais promissores, tornando-a uma empresa ainda mais atraente para clientes, corretores e talentos. A Allianz Seguros não incorporou somente as linhas de negócios, mas também capital intelectual, sistemas tecnológicos e todos os outros ativos e passivos. A transação ainda ampliou a capacidade de distribuição da Allianz no Brasil, com acesso a mais corretores e novos canais, como assessorias e parcerias adicionais com instituições financeiras, contribuindo para aumentar os bons resultados da seguradora. Em 2021, a Allianz deu seguimento com sucesso ao processo de integração das operações, unificando sistemas, carteiras e produtos e reforçando o alto padrão de serviços prestados aos clientes, o reconhecimento da marca e a relevância de suas parcerias comerciais.

Toneladas de solidariedade: Tendo como premissa desenvolver ações de longo prazo, tanto nos seus negócios como no campo social, há 28 anos, foi criada a ABA - Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz. Nesse período, mais de 8.000 crianças e adolescentes da Comunidade Santa Rita (zona Leste de São Paulo) foram atendidos pela ABA, por meio de atividades complementares à educação formal, como artes, esportes e inclusão digital. Devido à pandemia, a Seguradora decidiu destinar suas ações de solidariedade às famílias atendidas pela Associação. As cestas foram distribuídas a 650 famílias de frequentadores da associação com o objetivo de amenizar os danos da crise causados aos provedores dos lares da região, que são, em grande parte, autônomos, microempreendedores ou pessoas que trabalham no comércio local. A distribuição contou com o auxílio de voluntários e educadores, que organizaram ações pontuais, respeitando protocolos sanitários e recomendações de órgãos de saúde. A ação teve início em 2020 e foi retomada em 2021. No total, foram mais de 150 toneladas de itens doados.

Agradecimentos: Aos acionistas pelo apoio operacional e estratégico. Aos nossos segurados e corretores pela confiança na marca Allianz. Aos nossos colaboradores pela dedicação, ética e sobretudo pelo comprometimento com a qualidade das informações prestadas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios emitidos	17.1	289.007	3.120.624
Variações das provisões técnicas de prêmios	-	1.701.781	(3.219)
(=) Prêmios ganhos	16.1	1.990.788	3.117.405
(-) Sinistros ocorridos	17.2	(1.244.430)	(1.962.171)
(-) Custos de aquisição	17.3	(385.556)	(671.375)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	17.4	(23.112)	(73.243)
(+) Resultado com operações de resseguro	17.5	10.043	3.086
(+) Receita com resseguradoras	-	13.831	6.754
(-) Despesa com resseguro	-	(3.784)	(3.652)
(-) Outros resultados com resseguro	-	(4)	(16)
(-) Despesas administrativas	17.6	(165.212)	(390.472)
(-) Despesas com tributos	17.7	(82.152)	(59.290)
(+) Resultado financeiro	17.8	107.485	98.413
(+) Resultado patrimonial	17.9	5.604	6.849
(=) Resultado operacional	-	213.458	69.202
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	17.10	(2.426)	(5.947)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	-	211.032	63.255
(-) Imposto de renda	18.2	(52.916)	10.390
(-) Participação social	18.2	(40.691)	6.069
(-) Contribuições sobre o resultado	-	(126)	(21.042)
(=) Resultado do exercício	-	117.299	58.672
(/) Quantidade de ações	-	1.060.778.409	1.060.778.409
(=) Resultado do exercício por ação	-	0,0001	0,0001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício		117.299	58.672
Variação no valor justo dos ativos financeiros		-	-
Reconhecidos por ativos próprios		(103.148)	(5.223)
Efeitos tributários sobre outros resultados abrangentes		40.586	2.089
Outros ajustes		-	(358)
Total dos Resultados abrangentes		54.737	55.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	117.299	58.672
Atividades operacionais		
Ajustes para:		
Provisão de imposto de renda e contribuição social	-	76.275
Depreciação e amortizações	34.875	24.553
Depreciação direito de uso	1.666	-
Variação das provisões técnicas	(1.392.292)	275.188
Baixa de imobilizado	2.472	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(55.237)	1.395.689
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.096.390	(119.964)
Ativos de resseguro	(663)	(623)
Créditos fiscais e previdenciários	(35.479)	(97.004)
Despesas antecipadas	4.983	(1.883)
Outros ativos	36.352	(9.882)
Custo de aquisição diferidos	-	(4.520)
Depósitos judiciais e fiscais	8.615	12.847
Bens direito de uso	(920)	-
Outras contas a pagar	(51.373)	75.600
Impostos e contribuições	-	7.806
Débitos de operações com seguros e resseguros	(85.517)	29.802
Depósitos de terceiros	(3.743)	(1.486)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(301.256)	(28.150)
Variação de débitos diversos	-	(12.454)
Provisões judiciais	(8.968)	3.986
Passivos de arrendamento	1.061	-
Caixa líquido gerado/ (consumido) pelas operações	(631.735)	1.684.452
Imposto de renda e contribuição social pagos	(93.607)	(80.502)
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades operacionais	(725.342)	1.603.950
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado - baixa	-	1.927
Intangível	-	7.134
Resgate de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	2.849.933	1.283.446
Pagamento pela compra:		
Imobilizado - aquisição	-	(5.771)
Intangível	-	(8.333)
Aplicações de títulos disponíveis para venda	(1.127.575)	(3.543.281)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	1.722.358	(2.264.878)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	675.702
Redução de Capital	(1.010.000)	-
Varição de reservas	-	(61)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(1.010.000)	675.641
Aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(12.984)	14.713
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.792	79
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.808	14.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020		Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Circulante		348.996	2.173.483	Passivo circulante		-	319.145
Disponível		1.808	14.792	Contas a pagar		30.487	175.448
Caixa e bancos		-	1.808	Obrigações a pagar	10	14.071	36.377
Aplicações	5.1	137.890	528.285	Impostos e encargos sociais a recolher	10	1.129	85.234
Créditos das operações com seguros e resseguros		-	9.123	Encargos trabalhistas	10	314	16.135
Prêmios a receber	6	-	1.096.259	Impostos e contribuições	18.3	2	7.825
Operações com seguradoras	6.2	504	2.958	Outras contas a pagar	10	14.971	29.877
Operações com resseguradoras	6.3	1.508	6.291	Débitos das operações com seguros e resseguros	11	20.478	105.995
Outros créditos operacionais		-	1.099	Prêmios a restituir		7.066	6.441
Ativos de resseguro e retrocessão	13.2	636	2.222	Operações com seguradoras		444	419
Títulos e créditos a receber		124.860	125.210	Operações com resseguradoras		703	2.515
Títulos e créditos a receber	7	400	45.892	Corretores de seguros e resseguros		1.643	78.169
Créditos tributários e previdenciários	18.1	123.727	78.658	Outros débitos operacionais		10.622	18.451
Outros créditos		733	660	Depósitos de terceiros	12	380	4.123
Outros valores e bens	7	66.649	60.308	Provisões técnicas - seguros	13.1	260.321	2.497.671
Bens a venda		66.649	60.308	Danos		259.863	2.495.967
Despesas antecipadas		327	5.310	Pessoas		458	1.704
Custos de aquisições diferidos	8	6.604	330.993	Outros débitos	7.479	8.230	8.230
Seguros		6.604	330.993	Provisões judiciais	14	6.421	2.626
Ativo não circulante		-	651.229	Débitos diversos		1.058	5.604
Realizável a longo prazo		641.294	1.997.759	Passivo não circulante	-	420.659	211.374
Aplicações	5.1	542.474	1.881.762	Contas a pagar		171	190
Créditos das operações com seguros e resseguros		-	3	Outras contas a pagar	10	171	190
Prêmios a receber	6	-	2	Provisões técnicas - seguros	13.1	416.912	200.452
Operações com resseguradoras	6.3	3	6	Danos		416.198	200.114
Ativos de resseguro e retrocessão	13.2	1.292	1.668	Pessoas		714	338
Títulos e créditos a receber		87.649	106.562	Outros débitos	-	3.576	10.732
Títulos e créditos a receber	7	170	878	Provisões judiciais	14	3.576	10.732
Créditos tributários e previdenciários	18.1	46.374	55.964	Patrimônio líquido	-	260.421	1.215.683
Depósitos judiciais e fiscais	14	41.105	49.720	Capital social	15.1	143.520	1.153.520
Outros valores e bens	7	9.029	6.582	Reservas de lucros		175.971	58.671
Custos de aquisição diferidos	8	847	1.177	Ajustes de avaliação patrimonial	15.4	(59.070)	3.492
Seguros		847	1.177	Total do passivo	-	1.000.225	4.218.524
Imobilizado	9.1	1.256	4.517				
Bens móveis		780	1.632				
Outras imobilizações		476	2.885				
Intangível	9.2	8.679	42.765				
Outros intangíveis		8.679	42.765				
Total do ativo		1.000.225	4.218.524				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Aumento/ (Redução) de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos/ Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2020	2	20.950	61	-	-	21.013
Homologação do aumento de Capital no montante de R\$20.950 na SUSEP em 10 de janeiro de 2020	20.950	(20.950)	-	-	-	-
Aumento de Capital no montante de R\$230.000 em dinheiro, conforme ata do dia 26/03/2020, à razão de R\$1,0047 por ação	230.000	-	-	-	-	230.000
Aumento de Capital no montante de R\$456.866 referente a incorporação da parcela cindida, conforme ata do dia 31/03/2020	456.866	-	-	-	-	456.866
Pagamento de dividendos adicionais propostos em 31/03/2020	-	-	(61)	-	-	(61)
Aumento de Capital no montante de R\$445.702 em dinheiro pelo acionista na data de 13/07/2020 conforme AGE, o mesmo encontra-se em homologação pela SUSEP	-	445.702	-	-	-	445.702
Homologação do Aumento de Capital no montante de R\$445.702 em dinheiro pelo acionista na data de 13/07/2020 conforme AGE, o qual foi homologado pela portaria 663 de 11/12/2020						

ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A.

CNPJ/ME nº 32.357.481/0001-83

www.allianz.com.br



possibilitando a captura de sinergias, proporcionando a redução de custos financeiros, administrativos e operacionais. Além disso, a Incorporação busca a consolidação das atividades da Allianz Brasil Seguradora S.A. pela Allianz Seguros S.A., e a sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A..

Todas as 1.060.778.409 ações ordinárias de emissão da Allianz Brasil Seguradora S.A. serão canceladas, sendo 1.060.778.408 de titularidade da Allianz Seguros S.A e 1 ação de titularidade da Allianz do Brasil Participações Ltda., nos termos do §1º do artigo 226 da Lei das S.A..

1.1. Alienação carteira de Auto e Ramos Elementares

Em 31/03/2020 foi aprovada a cisão parcial da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("SALIC"), com incorporação da parcela cindida pela Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A ("SASAM"), atualmente denominada Allianz Brasil Seguradora S.A. O protocolo e justificativa da cisão parcial da SALIC determinou como data-base da referida cisão parcial o dia 31 de janeiro de 2020, e que todos os ativos e passivos relacionados às operações de automóveis e outros ramos elementares fossem vertidos para a SASAM. A seguir, transcrevemos o acervo líquido contábil incorporado pela SASAM: Acervo líquido contábil da Cisão em 31/01/2020

Ativo	31/01/2020
Ativo circulante	2.951.827
Aplicações	1.513.389
Créditos das operações com seguros e resseguros	985.552
Ativos de resseguro e retrocessão	3.267
Títulos e créditos a receber	39.654
Outros valores e bens	67.083
Despesas antecipadas	3.426
Custos de aquisições diferidos	339.456
Ativo não circulante	169.352
Realizável a longo prazo	102.561
Aplicações	8.069
Créditos das operações com seguros e resseguros	32
Ativos de resseguro e retrocessão	1.665
Títulos e créditos a receber	88.384
Outros valores e bens	3.060
Custos de aquisições diferidos	1.351
Imobilizado	1.874
Intangível	64.917
Total	3.121.179
Passivo	31/01/2020
Passivo circulante	2.437.134
Contas a pagar	92.073
Operações com resseguradoras	76.193
Depósitos de terceiros	5.609
Provisões técnicas - seguros	2.252.459
Outros débitos	10.710
Passivo não circulante	227.179
Contas a pagar	121
Provisões técnicas - seguros	210.341
Outros débitos	16.717
Acervo líquido contábil	456.866
Total	3.121.179

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referenciados pela SUSEP através da Circular nº 517/2015, e alterações posteriores. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na referida Circular SUSEP.

Conforme mencionado na nota 1, a controladora Allianz Seguros S.A. está conduzindo uma reorganização societária no Brasil com o objetivo de simplificar a atual estrutura societária das Companhias, possibilitando a captura de sinergias, proporcionando a redução de custos financeiros, administrativos e operacionais, tendo sido o pedido de aprovação prévia protocolado na SUSEP em 2021 e deferido em janeiro de 2022. Dessa forma, após a incorporação prevista para ocorrer em 2022 a controladora Allianz Seguros S.A. consolidará todas as atividades e fará a sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações da Allianz Brasil Seguradora S.A., nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos mensurados a valor justo por meio do resultado, ativos para venda mensurados pelo valor justo deduzidos os custos de venda (salvados) - valor realizável líquido e provisões de sinistros o qual inclui correção monetária e juros futuros. As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal da Seguradora e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Os saldos dos ativos e passivos sem vencimento definido são classificados no ativo e passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos.

2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal a qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período.

2.4 Estimativas e julgamentos

2.4.1 Estimativas contábeis significativas e julgamentos
 A preparação das referidas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Aplicações financeiras
- Nota 6.1 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável)
- Nota 6.2 - Operações com seguradoras (redução ao valor recuperável)
- Nota 6.3 - Operações com resseguradores (redução ao valor recuperável)
- Nota 13 - Provisões técnicas
- Nota 14 - Provisões judiciais
- Nota 18.1 - Créditos tributários e previdenciários

2.5 Aprovação das demonstrações financeiras individuais

A aprovação destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em XX de fevereiro de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Após a data de conclusão da operação de compra, a seguradora harmonizou as suas políticas contábeis àquelas adotadas pelo novo controlador, nos saldos de abertura após a incorporação registrando seus efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e dentro desse montante, o ajuste mais relevante refere-se a provisões técnicas de seguros.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todo o período, onde a Seguradora passou a integrar o Grupo Allianz.

3.1 Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros".

Os contratos de resseguros são também classificados como contratos de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A cessão de resseguro é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. O prêmio mínimo de depósito é diferido de acordo com a natureza do contrato. Para contratos do tipo *Losses Occurring During* - LOD o diferimento é feito em 12 meses e para contratos do tipo *Risk Attaching* - RAD o diferimento é feito em 24 meses. Os ativos e passivos financeiros decorrentes dos contratos de resseguro são baixados com base nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas a análise dos resseguradores.

Os prêmios de seguros, de cosseguros e resseguros cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da emissão e reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (Riscos Válgas e Não Emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado ao longo do período de recebimento das parcelas dos prêmios.

3.2 Instrumentos financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros, aplicados pela Seguradora estão assim descritos:

3.2.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem saldos em conta movimento sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, com risco insignificante de mudança de valor justo e não vinculados à cobertura de provisões técnicas ou dados em outras formas de garantia.

3.2.2 Valor justo por meio de resultado

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.3 Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros caracterizados pela intenção da Administração em mantê-los até o vencimento, não comprometendo a capacidade financeira da Seguradora. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após reconhecimento, estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e acrescidos dos rendimentos auferidos.

3.2.4 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

3.2.5 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos ao valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "Títulos e créditos a receber".

3.2.6 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMÁ); (ii) os certificados de depósitos bancários são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos atrelados à variação do CDI, que se aproximam de seu valor justo; (iii) as quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

3.2.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

3.2.8 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito sobre prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por *aging* para cada linha de negócio. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

A metodologia da redução ao valor recuperável sobre as operações a recuperar com resseguradores é baseada no *aging* dos créditos vencidos acima de 180 dias, conforme determina o parágrafo 2º do art. 168 da Circular Susep nº517/2015 e alterações posteriores.

A metodologia da redução ao valor recuperável sobre os créditos com corretores é baseada no *aging* dos créditos com data de liquidação acima de 180 dias, conforme determina o parágrafo 2º do art. 168 da Circular Susep nº517/2015 e alterações posteriores.

Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. E reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4 Bens à venda - salvados

Bens patrimoniais integralmente indenizados aos segurados, em decorrência de um evento de sinistro. A mensuração de um salvado é feita em relação ao seu valor referencial de mercado, deduzidos dos custos diretamente relacionados à venda.

A parcela dos salvados a recuperar, cujo sinistro foi avisado e ainda não pago, é contabilizada como redutora da provisão de sinistros a liquidar.

Para o reconhecimento do ativo, a seguradora realiza um estudo para melhor avaliar o ativo com base na expectativa de reconhecimento, segregando entre recuperáveis e irrecuperáveis. O saldo ainda é reavaliado mensalmente, de acordo com as movimentações da tabela FIPE, para refletir as desvalorizações reais do ativo, trazendo os montantes a mensuração mais adequada de reconhecimento.

3.5 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As benfeitorias em imóvel de terceiros referem-se aos gastos realizados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las às necessidades de utilização da Seguradora. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato.

Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

3.6 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e capacidade da Seguradora de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.7 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda do período corrente é calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 mil ao final do ano. Para o cálculo da contribuição social, utiliza-se 20% sobre o lucro tributável, haja vista a promulgação da Lei 14.183/2021 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20% até dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a alíquota da CSLL retornará para 15%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e ambos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, utilizando às alíquotas vigentes no ano-calendário das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os saldos são mensurados pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias forem revertidas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para fins de apresentação no balanço patrimonial.

A interpretação técnica ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Neste sentido, a entidade analisou retrospectivamente a legislação fiscal e os tratamentos utilizados nas apurações dos tributos sobre o lucro, aplicando também as premissas estabelecidas pelo ICPC22. A Seguradora entende que há dúvidas sobre a aceitação por parte das autoridades tributárias de benefício atrelado à "lei do bem" tomado nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL no exercício de 2017 (pelo regime de competência). Diante dessa incerteza, a Seguradora concluiu por provisionar o montante envolvido até que ocorra a aprovação dos saldos pelas autoridades. O saldo envolvido é irrelevante perante o total de contingências fiscais.

3.8 Provisões técnicas - seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes. No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de seguros estão classificadas em: (a) Danos; (b) Pessoas; (c) Vida individual e (d) Vida com cobertura de sobrevivência.

3.8.1 Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

É constituída pela parcela dos prêmios emitidos de seguros, bruto e ativo de resseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pró-rata die", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A provisão para riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base no prêmio bruto e ativo de resseguro observado, nas diversas carteiras da Seguradora, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão.

3.8.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras, considerando a estimativa bruta e do ativo de resseguro. Inclui o ajuste dos Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados - IBNeR, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final (administrativos e judiciais).

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia e bases específicas, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a aplicação de um percentual relacionado a classificação da probabilidade de perda (entre possível, provável e remoto) sobre o valor em risco. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de apólices vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas.

São classificados como outros débitos os despechos judiciais cujos eventos não estejam relacionados à apólices ou riscos ocorridos fora da vigência da apólice, com exceção aos riscos vigentes e ainda não emitidos.

Caso um evento lançado inicialmente como outros débitos for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no PSL.

3.8.3 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR

É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos e pagos, distribuídos pelas datas de movimento e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados ao menos 40 (quarenta) períodos de desenvolvimento, agrupamentos trimestrais, considerando a análise da parcela bruta e do ativo de resseguro. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no IBNR.

3.8.4 Provisão de despesas relacionadas - PDR

A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

3.8.5 Teste de adequação de passivos - TAP

A Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo legislação vigente e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzida da despesa de comercialização diferida e comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

As premissas utilizadas foram:

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP correspondendo às respectivas características de cada portfólio - ETJJ pré-fixada para o portfólio Administrativo; Cupom IPCA para o portfólio Judicial. De acordo com a legislação vigente, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos. Não foram incluídos nos testes os passivos relacionados às operações de retrocessão.

A Seguradora considerou na projeção dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesas futuras baseadas no plano de negócio das expectativas futuras da Seguradora. Os percentuais definidos de sinistralidade e despesas administrativas por agrupamento foram respectivamente: Automóvel (59,9%; 1,9%), Patrimoniais (63,8%; 2,4%).

As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER, PDR) foram consideradas adequadas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas aloáveis e salvados, quando aplicável.

As provisões de prêmios (PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio.

Não foram evidenciadas insuficiências no teste de adequação, não sendo assim contabilizada a Provisão Complementar de Cobertura (PCC) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

3.9 Provisões judiciais e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras quando aplicável.

3.10 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios legais e facultativos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação nos lucros e resultados aos colaboradores, conforme disposto nas Leis nº 10.101/2000 e 12.832/2013, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de resultados da Seguradora e de desempenho individual, não estando desta forma, restrito exclusivamente ao resultado líquido apurado pela no exercício.

O rol de benefícios contempla ainda plano médico e odontológico, auxílios: alimentação, refeição, combustível, creche, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, programa de assistência psicológica e jurídica aos colaboradores e dependentes, convênio com academia de ginástica, ajuda de custo para despesas com trabalho em residência, e são reconhecidos no resultado à medida que incorridos.

3.11 Reconhecimento Inicial CPC 06 - R2 - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27).

A norma referendada pela SUSEP entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 e introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer do arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções são para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para arrendadores permanece semelhante ao padrão anterior.

Na transição a Seguradora reavaliou todos os contratos para identificar arrendamentos com direito de uso dos ativos conforme definição prevista no CPC 06 (R2) e aplicou a norma utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas como permitido pela referida norma. Portanto, a definição de arrendamento à luz do CPC 06 (R2) foi aplicada apenas para os ativos registrados em 1º de janeiro de 2021 ou celebrados após esta data.

Os passivos de arrendamento foram mensurados em 1º de janeiro de 2021 pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de acordo com o prazo do contrato conforme abaixo:

- Contratos de arrendamento de veículos de 1 a 5 anos 1,4% e de 6 a 10 anos 2,7 %.

- A taxa referencial é mensurada de acordo com três fatores: (i) taxa de juros do país, de acordo com os prazos de referência de contratos (de 1 a 5 anos, de 6 a 10 anos, de 11 a 20 anos e de 21 a 50 anos); (ii) ajustada pelo spread de crédito baseado na taxa Allianz EUR *Senior Credit Default Swap* (CDS) disponível na agência *Bloomberg*; (iii) ajustado pelo tipo do arrendamento, a fim de incorporar a garantia contra o risco de inadimplência e múltiplo para imóveis é de 50%.

Os ativos de direito de uso foram avaliados por um valor igual ao passivo de arrendamento e ajustados pelo valor da provisão onerosa do contrato antes do período inicial como alternativa à revisão de *impairment*. Não houve efeitos cumulativos reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2021.

ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A.

CNPJ/ME nº 32.357.481/0001-83
www.allianz.com.br



O prazo dos contratos de arrendamento é definido contratualmente. Estes contratos são revisados anualmente juntamente com a atualização monetária, ou em eventuais mudanças que afetem a mensuração inicial. Se houver a expectativa de renovação, o mesmo período do contrato original é considerado como prazo de renovação e acrescido no cálculo do valor presente do ativo e passivo de arrendamento no momento da mensuração inicial.

Reconhecimento Inicial - ATIVOS e PASSIVOS

Descrição	Saldo 31/12/2020		Saldo 01/01/2021	
	antes da adoção CPC 06	Adoção CPC 06	após adoção CPC 06	
Ativos circulante	2.173.483	-	2.173.483	
Outros valores e bens - direito de uso	-	2.280	2.280	
Ativo não circulante	2.045.041	-	2.045.041	
Total do ativo	4.218.524	2.280	4.220.804	
Contas a pagar	175.448	-	175.448	
Passivos de arrendamento	-	2.280	2.280	
Outros passivos	2.827.392	-	2.827.392	
Patrimônio líquido	1.215.684	-	1.215.684	
Total Passivo e Patrimônio líquido	4.218.524	2.280	4.220.804	

Mensuração de passivos de arrendamento

Ao classificar os passivos de arrendamento Seguradora descontou os pagamentos de arrendamento conforme taxa incremental em 1º de janeiro de 2021.

MENSURAÇÃO DE PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Descrição	Valor
Compromissos com arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2020	2.304
(-) Desconto base taxa incremental em 1º de janeiro de 2021	(24)
Passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2021	2.280
Passivo Circulante	1.710
Passivo não circulante	570

4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Resolução CNSP nº 634/2021, refletindo o seu tamanho, natureza e complexidade. Com a publicação da nova Resolução nº416/2021 a Seguradora está se adequando às novas solicitações de EGR conforme estipulado pelo órgão Regulador. Atualmente, a Estrutura de Gestão de Risco é liderada pelo Chief Risk Officer (CRO) que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos e Controles Internos, estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos. Como referência, o Grupo Allianz possui a melhor nota da Standard & Poor's ("Very Strong") atribuída ao sistema de Gestão de Riscos Corporativos (ERM framework).

O CRO e sua estrutura assumem o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar seu perfil de riscos. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, transferi-los através de resseguro, ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações e no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

Para garantir que a Seguradora esteja em total concordância com o requerido pela Resolução CNSP nº 634/2021, a estrutura de gestão de risco é discutida trimestralmente durante o Comitê de Riscos, cuja sessão contém representantes das áreas de Compliance, Segurança da Informação, Auditoria, Atualização Institucional, Produtos, CFO e CEO. Nesta sessão são abordados os pontos mais relevantes no tocante a saúde da companhia, de modo que estas discussões visam gerenciar as incertezas, buscar oportunidades e aprimorar os processos, assegurando uma tomada de decisão robusta e eficiente. A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A Seguradora possui um Comitê de Auditoria que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que tange a supervisão da implementação e operacionalização da Estrutura de Gestão de Risco. O Comitê também avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora, com evidênciação das deficiências detectadas através de relatório específico para este fim.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados. O Comitê de Risco (RiCo) tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e Alta Liderança de áreas-chave e como convidados permanentes representantes do Grupo Allianz.

Isto garante a completa independência do CRO, além de mitigar potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO da Região Latam e o CRO do Grupo Allianz, bem como suas respectivas equipes de gestão de riscos corporativos. Além destes, linhas diretas com o CEO Local e o Comitê de Auditoria, adicionais a linha indireta com o Conselho de Administração.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora, cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:

O Comitê de Ética e Conduta visa garantir que a Seguradora promova os princípios fundamentais de ética e conduta estabelecidos por meio de seu Código de Ética e Conduta, que este esteja adequadamente divulgado e monitorado e que os casos de não conformidade, incluindo corrupção, fraude ou outros tipos de denúncias, sejam apurados e deliberados por este Comitê; O Comitê Financeiro estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora, de maneira a maximizar a rentabilidade dos ativos observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez. Estas estratégias respeitam a regulamentação em vigor e estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz; O Comitê de Reportes Financeiros visa assegurar que as demonstrações financeiras e informações relacionadas estejam corretas, completas e fidedignas conforme resultados financeiros e operacionais em todos os aspectos. Outrossim, assegura que as publicações financeiras e divulgações relacionadas estejam de acordo com as normas de procedimentos contábeis internacionais e nacionais.

O Comitê de Reservas supervisiona, monitora, analisa, revisa e aprova os saldos das provisões técnicas. Além disso, monitora o desenvolvimento das provisões técnicas através de testes de consistência e, se necessário, recomenda ajustes e medidas para assegurar a conformidade dos valores contabilizados;

O Comitê de Subscrição monitora a evolução da carteira dos produtos, analisando: a evolução da frequência e custo médio por garantia, eventuais causas de desvios, rentabilidade e os volumes de produção por segmento de subscrição. Além de identificar ações corretivas de precificação e subscrição necessárias para atingir as metas do plano estratégico trienal; e O Comitê de Proteção e Resiliência garante uma cultura de Proteção e Resiliência organizacional para antecipar, preparar e adaptar-se a mudanças e interrupções súbitas, de modo a proteger as operações de negócios (TI e Não-TI), pessoal e ativos físicos. Assim, a Allianz Brasil Seguradora garante que estará mais bem posicionada para responder de maneira eficaz e eficiente quando for necessário.

4.2 Riscos de seguros

4.2.1 Riscos de danos e pessoas

O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuimos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos. O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimados segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados periodicamente. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a pulverizar a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade.

As indenizações de riscos são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram e a Seguradora automaticamente passa a ter o dever de efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, seja ele considerado de curto ou longo prazo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) e/ou Provisão de Sinistros Não Suficientemente Avisados (IBNER). Ambas desenvolvidas para absorverem riscos inerentes a avisos posteriores à ocorrência do evento indenizável.

Como parte integrante do risco de seguro, o custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final se mostre diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR, IBNER e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). Entretanto, os valores de sinistros judiciais, são particularmente sensíveis à jurisprudence relativa à matéria em questão.

O quadro a seguir apresenta a estrutura dos prêmios emitidos brutos de cosseguros cedidos, antes e após as cessões de resseguros cedidos.

Agrupamento	Prêmios Emitidos Resseguros		Prêmios Retidos Retenção Resseguros	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Automóvel....	268.825	-	268.825	100%
Patrimonial....	18.614	1.052	17.562	94% (6%)
Pessoas.....	114	-	114	100%
Responsabilidades.....	579	-	579	100%
Demais	875	103	772	88% (12%)
Totais	289.007	1.155	287.852	100% 0%

Agrupamento	Prêmios Emitidos Resseguros		Prêmios Retidos Retenção Resseguros	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Automóvel....	2.967.007	-	2.967.007	100%
Patrimonial....	144.803	(3.515)	141.288	98% 2%
Pessoas.....	2.369	-	2.369	100%
Responsabilidades.....	4.789	-	4.789	100%
Demais	1.656	(252)	1.404	84% (16%)
Totais	3.120.624	(3.767)	3.116.857	100% 0%

4.2.2 Seguro de vida

O gerenciamento dos riscos atrelados ao seguro de vida, comercializados pela Seguradora, leva em consideração, para fins de precificação, as tábuas de mortalidades aprovadas em nota técnica, reduzidas pelo repasse de resseguro. Para os riscos individuais a parametrização de longevidade é efetuada através de sistema, sendo os capitais segurados e os prêmios atualizados anualmente com base na variação do IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) ou, na falta deste, do IPC/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acumulados nos 12 (doze) meses que antecedem os 4 (quatro) meses anteriores ao do aniversário da apólice. Estes seguros, também estão estruturados no critério tarifário por idade, independente da atualização monetária prevista no item acima, os prêmios correspondentes a cada segurado são reequilibrados anualmente, na data de aniversário da apólice, de acordo com a mudança de idade do segurado.

Para os seguros coletivos, são realizados acompanhamentos mensais dos resultados, objetivando neutralizar os riscos de persistência e riscos de despesas. Caracterizados desvios durante a execução dos trabalhos são propostos ajustes nas comissões ou aumento de taxas visando o equilíbrio atuarial.

4.2.3 Análise de sensibilidade de sinistros

A análise de sensibilidade foi baseada no estresse das premissas atuariais consideradas nas estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. Os impactos dos testes de sensibilidades demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado.

	Impacto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Premissas Atuariais				
Aumento de 5% na sinistralidade	(1.891)	(1.891)	(83.229)	(83.229)
Redução de 5% na sinistralidade	1.889	1.889	83.211	83.211
Aumento de 3% nas despesas administrativas	(1.135)	(1.135)	(51.162)	(51.162)
Redução de 3% nas despesas administrativas	1.135	1.135	51.162	51.162
Aumento de 1% na taxa de juros	(6.913)	(6.913)	(21.358)	(21.358)
Redução de 1% na taxa de juros	6.913	6.913	21.358	21.358

4.2.4 Risco de subscrição

O risco de subscrição relaciona-se à volatilidade entre o valor dos sinistros esperados e o valor real. Observa-se principalmente os riscos de prêmio e reservas. Atualmente, são realizados estudos que analisam a suficiência de prêmios perante o passivo atuarial, bem como aplicam-se ferramentas de análise com objetivo-fim de obter-se a otimização dos contratos de resseguro. Também são desenvolvidos acompanhamentos das reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente, tendo em vista metodologias atuariais específicas para tal.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização, além de estratégias de transferência de risco ou resseguros.

O risco de catástrofe natural que envolve, por exemplo, risco de perdas relacionadas a alagamento, vendaval e outros eventos, é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a danos. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. As políticas de resseguros e cosseguros também abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

O quadro abaixo mostra a concentração de risco por região e linha de negócios, baseada nos prêmios emitidos, líquidos de RVNE. A exposição aos riscos varia significativamente por região e pode mudar ao longo do tempo.

Prêmio emitido por regiões geográficas (valores líquidos de RVNE)

Linhas de Negócios	31/12/2021				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Automóvel.....	13.799	21.210	3.538	221.968	39.669
Patrimonial.....	997	796	81	10.182	8.948
Transportes.....	-	-	-	-	-
Pessoas.....	12	24	-	134	55
Rural.....	-	-	-	-	-
Responsabilidades	38	48	4	376	117
Demais	3	3	1	912	13
Totais	14.849	22.081	3.624	233.572	48.802

Linhas de Negócios	31/12/2020				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Automóvel.....	170.818	374.173	59.238	1.964.770	397.885
Patrimonial.....	7.941	11.277	1.344	83.828	40.715
Transportes.....	-	-	-	-	-
Pessoas.....	68	380	19	1.365	535
Rural.....	-	-	-	-	-
Responsabilidades	320	581	71	3.130	923
Demais	27	53	18	1.452	53
Totais	179.174	386.464	60.690	2.054.545	440.111

4.3 Riscos financeiros

4.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito consiste no cenário em que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento, cosseguro ou resseguro não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. Caso o risco de crédito se materialize, o patrimônio líquido da carteira de investimentos poderá ser afetado negativamente e/ou poderá haver perdas financeiras significativas devido ao não recebimento de coberturas contratadas junto às empresas de resseguro.

O Comitê de Riscos propõe limites de exposição a crédito em linha com o apetite de risco, aprovado pelo Comitê Executivo.

O Comitê Financeiro é responsável por manter o risco de crédito relacionado aos emissores de ativos financeiros dentro do limite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê Financeiro determina que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos investido em títulos do governo brasileiro. Internamente, avaliações mensais são efetuadas tanto por métodos administrados pela área de riscos e controles internos da Seguradora como também por um sistema gerenciado pelo Grupo Allianz.

Para o risco de crédito associado às empresas de resseguro, o Grupo Allianz possui uma política restritiva de exposição ao risco de crédito de contrapartes, cujas determinações são seguidas precisamente pela Seguradora. Conforme definido no apetite de risco, o painel de resseguradores utilizado pela Seguradora é monitorado pelo Security Vetting Team do Grupo Allianz - área responsável por estipular os limites de exposição a parceiros e contrapartes baseando-se nos respectivos ratings.

A Seguradora também possui exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados (prêmios a receber), e minimiza esta exposição através de dois processos principais. A política de subscrição e emissão de apólices da Seguradora leva em consideração o credit score dos segurados, pessoas físicas e pessoas jurídicas, durante o processo de aceitação, ou não, do risco de seguro. Posteriormente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados nas datas de vencimento, a Seguradora segue a regulamentação brasileira de cancelamento das apólices de seguros. Estes processos são de responsabilidade das áreas técnicas e de cobrança, respectivamente, e são monitoradas pelas áreas financeira e de risco.

4.3.1.1 Exposição ao risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus respectivos ratings. Os ativos informados foram classificados de acordo com o rating local da Standard & Poor's (S&P), Fitch Atlantic ou agências de mesmo porte e natureza, respeitando-se, imprimevelmente, a régua de equivalência entre as notas de crédito de cada agência.

Agência Classificadora	31/12/2021		
	brAAA; brAA+; brAA; brAA-	Abaixo de B- ou Sem Classificação	Totais
S & P / Fitch Atlantic			
Disponíveis para venda ...			
Títulos de renda fixa privados.....	31.795	-	31.795
Títulos de renda fixa públicos	571.697	-	571.697
Valor justo por meio de resultado			
Quotas de fundos de investimentos	76.836	(21)	76.815
Total aplicações financeiras	680.328	(21)	680.307
Empréstimos e recebíveis			
Prêmios a receber (*)	-	13.686	13.686
Totais	680.328	13.665	693.993

Agência Classificadora	31/12/2020		
	brAAA; brAA+; brAA; brAA-	Abaixo de B- ou Sem Classificação	Totais
S & P / Fitch Atlantic			
Disponíveis para venda ...			
Títulos de renda fixa privados.....	182.111	-	182.111
Títulos de renda fixa públicos	2.154.190	-	2.154.190
Valor justo por meio de resultado			
Quotas de fundos de investimentos	73.686	(35)	73.651
Total aplicações financeiras	2.409.987	(35)	2.409.952
Empréstimos e recebíveis			
Prêmios a receber (*)	-	1.107.163	1.107.163
Totais	2.409.987	1.107.128	3.517.115

(*) Exclui o montante de R\$ 6.575 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 10.902 em 31 de dezembro de 2020), referente a redução ao valor recuperável de prêmios a receber.

4.3.1.2 Exposição ao risco com resseguradores subscrição

Visando segurança e solidez, a Seguradora prioriza firmar negócios com resseguradores que detêm elevado grau de crédito. Para fins de cálculo da exposição de risco de crédito, especificamente para as categorias de resseguradores admitida e eventual, o grau de risco é atribuído em função da classificação de risco emitida por agências de rating de escala global, equiparadas a Standard & Poor's (S&P). Para a categoria de resseguradores locais, esta é classificada como grau 1 de risco, de acordo com o estipulado na Resolução CNSP nº 432/2021. As operações de resseguro, especialmente no que tange às parcelas de sinistros a recuperar, são gerenciadas pela Seguradora em conformidade com os padrões operacionais estabelecidos pelo regulador. Os sinistros a recuperar com resseguradores estão assim apresentados:

Grau	Rating	Classes de Resseguradora			
		Local	Admitida	Eventual	Totais
		31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
1.....	AA- / A+ / A- / A / B++	1.101	854	93	2.048
2.....	A+ / A	-	158	6	164
3.....	B++	5	-	6	11
Totais		1.106	1.012	105	2.223

Grau	Rating	Classes de Resseguradora			
		Local	Admitida	Eventual	Totais
		31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
1.....	AA / AA- / A+ / A- / B++	3.304	2.263	270	5.837
2.....	A+ / A / A-	-	596	22	618
3.....	B++	-	-	40	40
Totais		3.304	2.859	332	6.495

ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A.

CNPJ/ME nº 32.357.481/0001-83

www.allianz.com.br



consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Os percentuais do total de ativos que devem ser aplicados por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê Financeiro. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo (que pode ser indexado a índices variados).

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

Descrição	31/12/2021				Total
	a vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalente de caixa	1.808	-	-	-	1.808
Aplicações financeiras	- 100.903	161.091	418.313	680.307	
Outras aplicações	- 57	-	-	-	57
Créditos das operações com seguros e resseguros	- 9.123	3	-	-	9.126
Prêmios a receber	- 7.111	-	-	-	7.111
Operações com seguradoras	- 504	-	-	-	504
Operações com resseguradoras	- 1.508	3	-	-	1.511
Outros créditos operacionais	- 1.099	-	-	-	1.099
Bens à venda	66.649	-	-	-	66.649
Títulos a receber	- 1.133	41.275	-	-	42.408
Ativos de resseguros - provisões técnicas (sem DAC)	- 636	1.292	-	-	1.928
Total dos ativos financeiros	68.457	112.025	204.587	418.313	803.382
Provisões técnicas	- 260.321	416.912	-	-	677.233
Contas a pagar	- 30.485	171	-	-	30.656
Débitos das operações com seguros e resseguros	- 20.478	-	-	-	20.478
Prêmios a restituir	- 7.066	-	-	-	7.066
Operações com seguradoras	- 444	-	-	-	444
Operações com resseguradoras	- 703	-	-	-	703
Corretores de seguros e resseguros	- 1.643	-	-	-	1.643
Outros débitos operacionais	- 10.622	-	-	-	10.622
Total dos passivos	- 311.284	417.083	-	-	728.367

Descrição	31/12/2020				Total
	a vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalente de caixa	14.792	-	-	-	14.792
Aplicações financeiras	- 528.190	684.121	1.197.641	2.409.952	
Outras aplicações	95	-	-	-	95
Créditos das operações com seguros e resseguros	61.921	1.043.587	8	-	1.105.516
Prêmios a receber	61.921	1.034.338	2	-	1.096.261
Operações com seguradoras	- 2.958	-	-	-	2.958
Operações com resseguradoras	- 6.291	6	-	-	6.297
Outros créditos operacionais	- 855	-	-	-	855
Bens à venda	60.308	-	-	-	60.308
Títulos a receber	- 46.552	50.598	-	-	97.150
Ativos de resseguros - provisões técnicas	- 2.222	833	835	-	3.890
Total dos ativos financeiros	76.713	1.621.406	735.560	1.198.476	3.632.155
Provisões técnicas	- 2.497.671	7.353	193.099	2.698.123	
Contas a pagar	- 167.623	190	-	-	167.813
Débitos das operações com seguros e resseguros	- 105.995	-	-	-	105.995
Prêmios a restituir	- 6.441	-	-	-	6.441
Operações com seguradoras	- 419	-	-	-	419
Operações com resseguradoras	- 2.515	-	-	-	2.515
Corretores de seguros e resseguros	- 78.169	-	-	-	78.169
Outros débitos operacionais	- 18.451	-	-	-	18.451
Total dos passivos	- 2.771.289	7.543	193.099	2.971.931	

A Seguradora considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados na categoria disponível para venda cujo vencimento é inferior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.

4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas de fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades, conforme apresentados:

Descrição	31/12/2021				31/12/2020					
	até 1 ano	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	mais que 5 anos	Totais	até 1 ano	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	mais que 5 anos	Totais
Contas a Pagar e tesouraria	58	-	-	-	58	(35)	-	-	-	(35)
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	34.816	33.932	-	-	68.748	3.658	-	6.209	-	9.867
Letra Financeira (LF)	3.370	2.999	-	-	6.369	12.508	11.006	-	-	23.514
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	38.711	-	-	-	38.711
Debêntures	1.640	-	-	-	1.640	-	1.594	-	-	1.594
Totais	39.885	36.930	-	-	76.815	54.842	12.600	6.209	-	73.651

4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, incluindo os riscos legais e de compliance e excluindo desse conceito os riscos estratégicos e reputacionais.

A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Seguradora.

A Seguradora possui um sistema global de monitoramento de seus riscos operacionais. A utilização de um sistema único permite um acompanhamento dos registros dos eventos e possibilita a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

Caso os riscos operacionais venham a se materializar e gerar perdas operacionais, a Seguradora também possui processos para a coleta das mesmas, que foi revisado para se adequar aos requerimentos da Resolução CNSP nº 634/2021 relacionados à Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO). A implantação da BDPO no formato requerido pela SUSEP está finalizada e, atualmente, a Seguradora utiliza sistema próprio para o armazenamento de eventuais perdas operacionais que venham a ocorrer.

4.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco reputacional é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora perante os seus stakeholders (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). As normas e políticas do Grupo Allianz devem ser seguidas por todas as suas subsidiárias com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo Allianz, que incluem considerações detalhadas acerca dos custos atuais e projetados, assim como níveis de solvência durante o período do plano.

4.6 Gestão de capital

Os valores do capital mínimo requerido (CMR) e patrimônio líquido ajustado (PLA) são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição, visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir, em última instância, aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

4.6.1 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Conforme Resolução CNSP 432, de 12 de novembro de 2021, e atualizações posteriores, o cálculo do PLA deverá ser igual ou superior ao CMR. Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora apresentou os seguintes resultados de PLA e CMR:

Descrição	31/12/2021
Patrimônio líquido	260.421
Ajustes contábeis	
(-) Despesas antecipadas	(326)
(-) Ativos intangíveis	(8.679)
(-) Créditos tributários decorrentes de ajustes temporais	(46.374)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	205.042
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios registrados	4.581
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2	4.581
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(12.382)
(+) Créditos tributários decorrentes de ajustes temporais	46.374
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	33.992
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Total (a)	243.615
Capital base (I)	15.000
Capital de risco de crédito	29.726
Capital de risco de subscrição	185.261
Capital de risco de mercado	33.805
Capital de risco de operacional	13.330
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(35.510)
Total de capital de risco (II)	226.612
Capital mínimo requerido (maior entre I e II) (b)	226.612
Suficiência de capital	17.003
Índice de solvência (a/b)	108%

Dentre a composição do PLA, os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL, conforme disposto na Resolução CNSP nº 432/2021.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Composição e Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos.
 Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
 Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O portfólio classificado como valor justo por meio de resultado está apresentado no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimentos.

A classificação e composição por categoria de mensuração, indexadores e taxas médias contratadas e vencimento das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir:

Títulos	Nível hierárquico	31/12/2021				Custo atualizado	Indexador e taxa média de juros contratadas a.a. %
		Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contabil		
Disponíveis para venda		61.019	124.160	418.313	603.492	603.492	687.381
LETRAFINANCEIRA	Nível 2	31.795	-	-	31.795	31.795	31.615
LFT	Nível 1	29.224	114.814	-	144.038	144.038	144.062
LTN	Nível 1	-	-	-	-	-	-
NTNB	Nível 1	-	9.346	156.856	166.202	166.202	198.000
NTNF	Nível 1	-	-	261.457	261.457	261.457	313.704
Valor justo por meio de resultado		39.884	36.931	-	76.815	76.815	76.815
Fundo Renda Fixa	Nível 2	3.370	2.999	-	6.369	6.369	6.369
LETRAFINANCEIRA	Nível 1	-	-	-	-	-	-
OVER	Nível 1	-	-	-	-	-	-
LFT	Nível 1	34.816	33.932	-	68.748	68.748	68.748
Debenture	Nível 2	1.640	-	-	1.640	1.640	1.640
Outros*	-	58	-	-	58	58	58
Outras aplicações (a)		57	-	-	57	57	57
Totais		100.960	161.091	418.313	680.364	680.364	764.253

Títulos	Nível hierárquico	31/12/2020				Custo atualizado	Indexador e taxa média de juros contratadas a.a. %
		Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contabil		
Disponíveis para venda		454.540	1.277.338	604.423	2.336.301	2.336.301	2.317.042
LETRA FINANCEIRA	Nível 2	152.385	29.726	-	182.111	182.111	182.523
LFT	Nível 1	287.266	928.057	164.569	1.379.892	1.379.892	1.384.162
LTN	Nível 1	-	41.941	-	41.941	41.941	40.728
NTNB	Nível 1	14.889	277.614	226.324	518.827	518.827	499.865
NTNF	Nível 1	-	-	213.530	213.530	213.530	209.764
Valor justo por meio de resultado		54.843	18.808	-	73.651	73.651	73.651
Fundo Renda Fixa	Nível 2	12.509	11.005	-	23.514	23.514	23.514
LETRA FINANCEIRA	Nível 1	38.711	-	-	38.711	38.711	38.711
OVER	Nível 1	3.658	6.209	-	9.867	9.867	9.867
LFT	Nível 2	-	1.594	-	1.594	1.594	1.594
Debenture	-	(35)	-	-	(35)	(35)	(35)
Outros*	-	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações (a)		95	-	-	95	95	95
Totais		509.478	1.296.146	604.423	2.410.047	2.410.047	2.390.788

(a) O item "Outros" contempla o montante de R\$ 58 em 31 de dezembro de 2021 (R\$35 em 31 de dezembro de 2020) referente à saldos de contas a receber/pagar e saldos em tesouraria de fundos de investimento.

(b) O item "Outras aplicações" contempla o montante de R\$57 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 95 em 31 de dezembro de 2020) referente à títulos de capitalização registrados no ativo circulante.

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

Categoria	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Alienação	Resultado financeiro	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Disponíveis para venda	2.336.301	1.127.575	(2.849.931)	92.695	(103.148)	603.492
Valor justo por meio de resultado	73.651	-	-	3.164	-	76.815
Totais	2.409.952	1.127.575	(2.849.931)	95.859	(103.148)	680.307

Categoria	Saldo em 31/12/2019	Aquisição	Alienação	Resultado financeiro	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Disponíveis para venda	15.021	3.543.281	(1.283.446)	66.668	(5.223)	2.336.301
Valor justo por meio de resultado	5.931	182.245	(124.876)	10.351	-	73.651
Totais	20.952	3.725.526	(1.408.322)	77.019	(5.223)	2.409.952

Na abertura de movimentação de aplicação financeira não estamos considerando o montante de R\$ 57 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 95 em 31 de dezembro de 2020) referente à títulos de capitalização registrados no ativo circulante.

6. PRÊMIOS A RECEBER

Compostos substancialmente pelas emissões diretas e cosseguros aceitos, sendo registrados no ativo circulante e não circulante, os prêmios a receber estão assim compostos:

6.1 Composição dos prêmios a receber

Ramos agrupados	31/12/2021		31/12/2020	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber líquido
Automóvel	12.365	(5.676)	6.689	1.056.123
Patrimonial				

ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A.

CNPJ/ME nº 32.357.481/0001-83
www.allianz.com.br



7.3 Realização de salvados disponíveis para venda e ressarcimentos a receber

As realizações dos ativos de direitos relacionados a salvados a venda e a ressarcimentos a receber foram elaboradas sob análise da base histórica, considerando o tempo entre o registro de entrada dos salvados e ressarcimentos na Seguradora e a realização dos mesmos, sendo o percentual encontrado neste estudo aplicado sobre os saldos realizados de 31 de dezembro de 2021 e 2020. O quadro abaixo demonstra as efetivas realizações tendo como principal premissa o tempo de posse do bem:

Prazo para realização	Automóvel	
	Realizações até 31/12/2021	Realizações até 31/12/2020
1 mês.....	29.349	77.115
2 meses.....	154.225	115.325
3 meses.....	63.700	38.413
4 meses.....	32.256	29.147
5 meses.....	19.514	11.860
6 meses.....	11.148	7.995
7 meses.....	8.083	2.953
8 meses.....	7.149	2.197
9 meses.....	3.971	4.543
10 meses.....	4.115	5.653
11 meses.....	2.935	2.498
12 meses.....	2.622	4.159
entre 13 e 18 meses.....	6.715	2.405
acima de 18 meses.....	2.961	2.734
Totais	348.743	306.997

7.4. OUTROS VALORES E BENS - Direito de uso

A classe de ativos para direito de uso refere-se ao contrato de aluguel de veículos avaliado sob o CPC 06 (R2) conforme nota 3.11 e é depreciado linearmente pelo prazo do contrato de arrendamento.

Saldo em 1º de janeiro de 2021.....	31/12/2021	2.280
Adição - remensuração.....		306
Depreciação.....		(1.666)
Saldo no final do exercício		920

8. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes às comissões de corretagem, relativos à comercialização de seguros e representam as parcelas a decorrer. Estes montantes são diferidos ao longo do prazo de vigência das apólices e apropriados ao resultado do período. Todos os demais custos de comercialização são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

A composição dos custos de aquisição diferidos, registradas no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Ramos agrupados	31/12/2021	31/12/2020
Automóvel.....	6.740	306.595
Patrimonial.....	695	24.412
Pessoas.....	4	382
Responsabilidades.....	12	781
Totais	7.451	332.170

8.1 A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício.....	332.170	340.801
Comissões.....	75.554	643.409
Recuperação de comissões.....	(22.725)	(52.602)
Outras despesas de comercialização.....	3.809	75.342
Custos de aquisição apropriados.....	(381.357)	(674.780)
Saldo no final do exercício	7.451	332.170

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

9.1 A movimentação do ativo imobilizado e dos imóveis destinados à renda está assim apresentada:

Descrição	Depreciação acumulada		Saldo residual	Saldo contábil	Depreciação acumulada	
	31/12/2020	Baixas			31/12/2021	31/12/2021
Benefitárias Em Imóveis De Terceiros.....	2.885	(1.863)	(547)	475	1.781	(1.305)
Equipamentos de Informática - Hardware.....	685	-	(211)	474	1.415	(941)
Móveis, Máquinas E Utensílios.....	565	(369)	(118)	78	92	(14)
Veículos.....	382	(240)	87	229	234	(5)
Totais	4.517	(2.472)	(789)	1.256	3.522	(2.265)

Descrição	Ativos Depreciação		Aquisições	Depreciação	Saldo residual	Saldo contábil	Depreciação	
	Cisão	Cisão						31/12/2020
Benefitárias Em Imóveis								
De Terceiros.....	7.050	(5.713)	3.092	(781)	(763)	2.885	10.142	(7.257)
Equipamentos de Informática - Hardware.....	528	(278)	894	(293)	(166)	685	1.415	(730)
Móveis, Máquinas E Utensílios.....	2.942	(2.655)	661	(241)	(142)	565	3.603	(3.038)
Veículos.....	-	-	1.124	(612)	(130)	382	474	(92)
Totais	10.520	(8.646)	5.771	(1.927)	(1.201)	4.517	15.634	(11.117)

9.2 O Intangível é composto pelo desenvolvimento de software interno com vida útil definida e a sua movimentação está assim apresentada:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos no início do exercício.....	42.765	-
Adições - Cisão.....	-	137.951
Adições.....	-	8.333
Baixas.....	-	(7.134)
Amortização - Cisão.....	-	(73.033)
Amortizações.....	(34.086)	(23.352)
Saldos no final do exercício	8.679	42.765
Custo	139.149	139.149
Amortização	(130.470)	(96.384)

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante e não circulante, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2021					Totais
	Vencidos	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	
(a) Prestação de serviços terceiros	-	265	62	405	-	732
Contrato de aluguel	-	-	-	-	-	-
(b) Obrigações com funcionários	-	-	14.384	-	-	14.384
Fornecedores	-	1.004	1.954	11.281	-	14.239
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	632	-	-	632
Totais	-	1.269	17.032	11.686	-	671 30.658

Descrição	31/12/2020					Totais
	Vencidos	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	
(a) Prestação de serviços terceiros	-	9.860	987	-	-	10.847
Contrato de aluguel	-	358	-	-	-	358
(b) Obrigações com funcionários	-	5.379	41.397	5.379	-	52.155
Fornecedores	-	-	2.189	16.838	-	19.027
Impostos e encargos sociais a recolher	-	25.521	49.178	10.537	-	85.236
Totais	-	41.118	93.751	32.754	-	190 167.813

(a) A rubrica "Prestação de serviços terceiros" considera provisão relativa ao contrato dos serviços de transição prestados pela Sul América para a Allianz, em 2021 o montante dessa provisão foi baixado, em 31 de dezembro de 2020 o montante era de R\$ 8.220.
(b) As "Obrigações com funcionários" incorrem principalmente sobre participações nos resultados.

11. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Operações	31/12/2021	31/12/2020
Seguradoras.....	19.775	103.480
Resseguradoras.....	703	2.515
Totais	20.478	105.995

As operações com seguradoras contemplam substancialmente os prêmios cedidos às congêneres. As operações com corretores de seguros e resseguros consideram comissões a pagar aos corretores por ocasião dos prêmios de seguros emitidos.

Operações	31/12/2021	31/12/2020
Seguradoras.....	444	419
Corretores de seguros.....	1.643	78.169
Outras operações.....	17.688	24.892
Totais	19.775	103.480

As operações com resseguradoras contemplam os registros dos prêmios emitidos de resseguros cedidos, líquidos de suas respectivas comissões, os adiantamentos de sinistros recebidos e outros débitos decorrentes das operações com resseguros cedidos e estão assim demonstrados:

	Resseguradoras			
	LOCAL	ADMITIDO	EVENTUAL	TOTAL
Prêmios emitidos.....	291	300	42	633
Adiantamentos e outros débitos.....	70	-	-	70
Totais	361	300	42	703

Brutos de resseguros cedidos

	Período de Aviso do Sinistro									
	30.12.2012	30.12.2013	30.12.2014	30.12.2015	30.12.2016	30.12.2017	30.12.2018	30.12.2019	30.12.2020	30.12.2021
No ano do aviso.....	1.423.796	1.540.700	1.747.205	1.966.544	2.256.285	2.069.500	2.049.367	2.125.302	1.851.131	1.374.750
Um ano após o aviso.....	1.480.373	1.600.758	1.816.778	2.025.844	2.303.133	2.109.142	2.114.022	2.170.831	1.897.016	-
Dois anos após o aviso.....	1.481.536	1.611.711	1.825.839	2.037.392	2.310.628	2.122.406	2.111.666	2.186.002	-	-
Três anos após o aviso.....	1.491.539	1.616.810	1.836.374	2.040.337	2.322.067	2.119.736	2.103.774	-	-	-
Quatro anos após o aviso.....	1.498.020	1.623.700	1.838.109	2.046.222	2.320.545	2.134.835	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso.....	1.503.660	1.625.079	1.841.213	2.045.863	2.316.162	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso.....	1.512.011	1.629.144	1.840.598	2.020.700	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso.....	1.516.426	1.626.725	1.811.965	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso.....	1.519.235	1.603.263	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso.....	1.498.672	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	10.948	10.604	10.942	10.369	17.954	18.156	19.054	20.687	20.035	106.063
Incorridos.....	1.498.672	1.603.263	1.811.965	2.020.700	2.316.162	2.134.835	2.103.774	2.186.002	1.897.016	1.374.750
(-) Pagos.....	1.487.724	1.592.659	1.801.023	2.010.331	2.298.208	2.116.679	2.084.720	2.165.315	1.876.981	1.268.687
Anterior a 2012.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.539
Totais da PSL	10.948	10.604	10.942	10.369	17.954	18.156	19.054	20.687	20.035	302.351

(*) A tabela de desenvolvimento de sinistro não contempla a retrocessão

Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa a matéria em questão. Na estimativa da Provisão de sinistros a liquidar, a Seguradora utiliza-se de técnicas baseadas no histórico de pagamentos.

	Resseguradoras			
	LOCAL	ADMITIDO	EVENTUAL	TOTAL
31/12/2020	1.271	994	120	2.385
Adiantamentos e outros débitos.....	130	-	-	130
Totais	1.401	994	120	2.515

12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Contempla o recebimento antecipado de prêmios, créditos de prêmios e emolumentos de seguros, cosseguros aceitos e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento. Outros depósitos são caracterizados por créditos que não puderam ser atribuídos como cobrança antecipada ou prêmios e emolumentos recebidos até a data do balanço.

Descrição	31/12/2021				Totais
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	
Cobrança antecipada de prêmios.....	69	42	17	78	206
Prêmios e emolumentos recebidos.....	28	98	3	45	174
Totais	97	140	20	123	380

Descrição	31/12/2020				Totais
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	
Cobrança antecipada de prêmios.....	2.555	522	34	40	3.151
Prêmios e emolumentos recebidos.....	325	545	58	43	972
Outros depósitos.....	-	-	-	-	-
Totais	2.880	1.067	92	83	4.123

13. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

13.1 A composição das provisões técnicas de seguros, registrada no passivo circulante e não circulante, está assim apresentada por agrupamentos de ramos:

Danos e Pessoas	31/12/2021				
	Automóvel	Patrimonial	Pessoas	Responsabilidades	Demais
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG.....	38.499	2.433	15	43	40.990
Provisão de sinistros a liquidar - PSL.....	445.375	24.861	860	694	346 472.136
Provisão de despesas relacionadas - PDR.....	105.714	5.080	41	156	34 111.025
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR.....	45.929	6.645	256	158	94 53.082
Provisões técnicas - Seguros	635.517	39.019	1.172	1.051	474 677.233

Danos e Pessoas	31/12/2020				
	Automóvel	Patrimonial	Pessoas	Responsabilidades	Demais
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG.....	1.658.186	80.628	1.333	2.625	- 1.742.772
Provisão de sinistros a liquidar - PSL.....	730.230	32.651	775	956	480 765.092
Provisão de despesas relacionadas - PDR.....	112.948	6.024	87	215	49 119.323
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR.....	66.073	4.644	101	115	3 70.936
Provisões técnicas - Seguros	2.567.437	123.947	2.296	3.911	532 2.698.123

* Contempla RVNE - Riscos vigentes mas não emitidos de R\$ 194 (R\$ 34.668 em 31 de dezembro de 2020).

13.2 Os Ativos de resseguros - provisões técnicas, registrada no ativo circulante e não circulante, estão assim apresentadas por agrupamentos de ramos:

Danos e Pessoas	31/12/2021				
	Patrimonial	Pessoas	Responsabilidades	Demais	Totais
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG.....	188	-	-	-	188
Provisão de sinistros a liquidar - PSL.....	1.430	19	46	75	1.570
Provisão de despesas relacionadas - PDR.....	156	2	5	7	170
Ativos de resseguro	1.774	21	51	82	1.928

Danos e Pessoas	31/12/2020				
	Patrimonial	Pessoas	Responsabilidades	Demais	Totais
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG.....	2.813	-	-	-	2.813
Provisão de sinistros a liquidar - PSL.....	883	43	68	53	1.047
Provisão de despesas relacionadas - PDR.....	28	1	1	30	60
Ativos de resseguro	3.724	44	69	53	3.890

13.3 A movimentação das provisões técnicas, registrada no passivo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Descri

ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A.

CNPJ/ME nº 32.357.481/0001-83

www.allianz.com.br



14. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS E OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

A Seguradora contesta, na esfera judicial, a constitucionalidade de certos impostos e contribuições, e responde a processos judiciais oriundos de sinistros e ações de natureza cível e trabalhista.

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais				
	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Atualização monetária 31/12/2021	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Atualização monetária 31/12/2021	
Multas	-	-	-	-	806	90	(367)	67	596
Cíveis	49.718	8.608 (19.944)	-	2.713	41.094	12.551	14.658 (17.799)	(9)	9.401
Trabalhista	2	9	-	11	-	-	-	-	-
Totais	49.720	8.617 (19.944)	-	2.713	41.105	13.357	14.748 (18.166)	58	9.997

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais				
	Saldos em 31.01.20	Adições	Baixas	Atualização monetária 31/12/2020	Saldos em 31.01.20	Adições	Baixas	Atualização monetária 31/12/2020	
Multas	-	-	-	-	459	368	(55)	35	807
Cíveis	61.114	7.450 (22.321)	-	3.475	49.718	14.516	7.984 (10.177)	228	12.551
Trabalhista	2	9	-	11	-	-	-	-	-
Totais	61.114	7.452 (22.321)	-	3.475	49.720	14.975	8.352 (10.232)	263	13.358

Os depósitos e as provisões para ações judiciais reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se em consonância às determinações legais vigentes e consideram os montantes prováveis de desembolso. As ações judiciais cujas probabilidades de perda são classificadas como possível estão informadas nas respectivas notas explicativas e aquelas ações cujas probabilidades de perda foram classificadas como remota não estão apresentadas nas demonstrações financeiras. Em 31/12/2021, o valor total em discussão dos processos judiciais trabalhistas, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$ 828 (R\$ 0 em 31/12/2020). As principais ações em curso estão descritas abaixo:

14.1 Ações tributárias

Trata-se de ações judiciais em que a Seguradora contesta a constitucionalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições ou responde a cobranças judiciais ou administrativas instauradas por supostos inadimplementos na esfera tributária e/ou aplicação de penalidades acessórias. A classificação de perda é elaborada caso a caso, com o auxílio de consultores externos, de acordo com critérios associados, relacionados, principalmente, à fase processual e ao possível resultado do processo, levando-se em consideração a jurisprudência predominante e o objeto dos pedidos.

14.2 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados.

14.3 Ações cíveis - não relacionados ao produto seguros

Trata-se de ações em trâmite perante varas cíveis, cujos pedidos não estão relacionados ao produto seguro e versam sobre matérias diversas (revisionais, usucapião, adjudicação compulsória, controle de licença da marca registrada, entre outros). A provisão está pautada no valor do pedido ou da condenação.

14.4 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar" e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

O quadro abaixo demonstra o total dos pagamentos relativos a ações judiciais relacionadas a sinistros.

	31/12/2021	31/12/2020
Montante de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	122.884	95.739
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício	103.206	97.406
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais haviam provisão constituída	24.922	16.963
Montante de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	12.129	11.744

Em 31/12/2021, o valor em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$ 2.388 (R\$ 2.221 em 31/12/2020), com resseguro de R\$ 0 (R\$ 0 em 31/12/2020), que representa um valor residual de R\$ 2.388 mil (R\$ 2.221 mil em 31/12/2020).

14.5 - Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento consolidados foram registrados de acordo com o CPC 06 (R2) e sua adoção inicial está descrita na nota 3.11

14.5.1 Movimentação dos passivos de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
Adoção da norma 1º janeiro de 2020	2.279	-
Adições passivos de arrendamento	306	-
Pagamentos de arrendamentos	(1.544)	-
Despesas de juros	20	-
Total	1.061	1.061
Curto prazo	-	-
Longo prazo	-	-

(* Primeira adoção do CPC 06 - nota 3.11

14.5.2 - Pagamentos mínimos futuros

As obrigações financeira são compostas como segue:

Vencimentos	Pagamento mínimo futuro	Despesa financeira	Valor presente
Até 1 ano	1.064	(3)	1.061
Totais	1.064	(3)	1.061

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital Social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 1.060.778.409 (1.060.778.409 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. No dia 06 de agosto de 2021 foi homologada pelo órgão regulador a redução de capital da Companhia de R\$ 1.153.520 para R\$ 443.520 sendo a referida redução no montante de R\$ 710.000, sem redução da quantidade de ações ordinárias. No dia 06 de dezembro de 2021 foi homologada pelo órgão regulador a redução de capital da Companhia de R\$ 443.520 para R\$ 143.520 sendo a referida redução no montante de R\$ 300.000, sem redução da quantidade de ações ordinárias. **15.2 Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, facultado a 20% do capital social e podendo ser utilizado para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. **15.3 Reserva estatutária de retenção de lucros:** Definida em Estatuto esta reserva é constituída através da parcela retida do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções legais e a constituição da reserva legal e tem como objetivo a preservação e manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para a distribuição de dividendos extraordinários. **15.4 Ajustes de avaliação patrimonial:** Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2021 o montante registrado nessa rubrica é de (R\$ 59.070) (R\$ 3.492 em 31 de dezembro de 2020). **15.5 Dividendos:** Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

16. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

16.1 Prêmios ganhos e indicadores de sinistralidade e comissionamento

Brutos de resseguros cedidos

Ramos agrupados	Prêmios ganhos 31/12/2021	Índice de sinistralidade (%) 31/12/2021	Índice de comissionamento (%) 31/12/2021
Automóvel	1.888.512	63%	19%
Patrimonial	96.635	62%	31%
Pessoas	1.432	136%	29%
Responsabilidades	3.162	31%	30%
Demais	1.048	44%	10%
Totais	1.990.788	63%	19%

Ramos agrupados	Prêmios ganhos 31/12/2020	Índice de sinistralidade (%) 31/12/2020	Índice de comissionamento (%) 31/12/2020
Automóvel	2.958.976	63%	21%
Patrimonial	149.427	55%	33%
Pessoas	2.420	88%	28%
Responsabilidades	4.940	13%	29%
Demais	1.642	-26%	11%
Totais	3.117.405	63%	22%

17. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/2021	31/12/2020
17.1 Prêmios emitidos líquidos	289.007	3.120.624
Prêmios diretos	309.769	3.083.506
Prêmios de cosseguros aceitos	13.159	37.478
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	(33.921)	(360)
17.2 Sinistros ocorridos	(1.244.430)	(1.962.171)
Sinistros - Diretos e cosseguros aceitos	(1.632.638)	(2.233.720)
Salvados e ressarcimentos	373.516	307.286
Varição da provisão de IBNR	17.853	(31.482)
Serviços de assistência	(3.161)	(4.255)
17.3 Custo de aquisição	(385.556)	(671.375)
Comissões	(59.330)	(591.235)
Comissões - riscos vigentes e não emitidos	6.500	429
Despesa com inspeção de risco	(4.199)	(9.705)
Outras despesas de comercialização	(3.810)	(82.670)
Varição das despesas de comercialização diferidas	(324.717)	11.806
17.4 Outras receitas / (despesas) operacionais	(23.112)	(73.243)
Consultas e prevenção de riscos	(6.047)	(42.312)
Cobrança, apólices e contratos	(7.860)	(14.889)
Ações judiciais cíveis	(6.287)	(7.046)
(Constituição)/Reversão ao valor recuperável-prêmios	4.327	(3.896)
Ações judiciais INSS	(702)	(4.024)
Resultados operacionais de seguros	(890)	1.296
Reversão ao valor recuperável-resseguros e cosseguros cedidos	(5.657)	(2.380)
Outras receitas	4	8
17.5 Resultados com resseguro	10.043	3.086
Prêmios	(1.188)	(3.767)
Comissões sobre os prêmios	33	63
Recuperação de indenização	13.831	7.285
Salvados e ressarcimentos	(4)	(100)
Varição da provisão de IBNR	-	(531)
Varição das provisões técnicas	(2.625)	152
Outros resultados de operações com resseguro	(4)	(16)
17.6 Despesas administrativas	(165.212)	(390.472)
Pessoal (a)	6.676	(210.012)
Localização e funcionamento	(42.661)	(45.187)
Publicidade e propaganda	(227)	(12.821)
Serviços de terceiros	(127.253)	(120.871)
Outras	(1.747)	(1.581)
(a) Durante o exercício findo em 2021, foram realizadas reversões de provisões trabalhistas em linha com a migração operacional ocorrida na Seguradora.		
17.7 Despesas com tributos	(82.152)	(59.290)
PIS e COFINS	(76.377)	(55.733)
Taxa de fiscalização - reguladora	(3.948)	(1.074)
Impostos municipais	(103)	(640)
Demais tributos	(1.724)	(1.843)

	31/12/2021	31/12/2020
17.8 Resultado Financeiro	107.485	98.413
Receitas financeiras	171.178	147.146
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.164	31.547
Ativos financeiros disponíveis para venda	140.972	72.462
Operações de seguros e resseguros	14.728	31.838
Atualização monetária provisões técnicas-direto	-	-
Atualização monetária depósitos judiciais - ações fiscais	2.713	3.475
Outras receitas financeiras	9.601	7.824
Despesas financeiras	(63.693)	(48.733)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(48.275)	(6.975)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	(20.016)
Operações de seguros e resseguros	(13.964)	(20.995)
Tarifas financeiras	(1.454)	(747)
Outras despesas financeiras	-	-
17.9 Resultado patrimonial	5.604	6.849
Outros investimentos	5.604	6.849
17.10 Ganhos e perdas com ativos não correntes	(2.426)	(5.947)
Resultado na alienação de bens do ativo não corrente	(2.426)	(5.947)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

18.1 Créditos Tributários e Previdenciários; A rubrica do Ativo circulante referente a tributos a compensar está assim constituída:

	31/12/2021	31/12/2020
Curto prazo	123.727	78.658
Outros tributos a compensar	-	-
Totais	123.727	78.658

A composição dos créditos tributários está assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2020	Movimentação 31/12/2021	Saldos em 31/12/2021
Imposto de renda	3.184	1	2.392
Provisões para contingências fiscais e cíveis	3.468	1.414 (1.082)	3.800
Provisões com funcionários	4.952	32 (4.909)	75
Outras provisões	5.819	6.226 (9.879)	2.166
Provisões para contingências fiscais e cíveis	1.910	1 (476)	1.435
Provisões para perdas	2.080	849 (649)	2.280
Provisões com funcionários	2.970	19 (2.945)	44
Outras provisões	3.491	3.736 (5.927)	1.300
Créditos tributários	27.874	12.278	(26.660)
PIS e COFINS - Diferido sobre PSL e IBNR (a)	35.794	-	(35.794)
Totais	63.668	12.278	(26.660)
Imposto de renda e Contribuição Social - AVM	(7.704)	40.586	32.882
	55.964		46.374

	Saldos em 31/12/2019	Saldos Adquiridos (Cisão)	Movimentação 31/12/2020	Saldos em 31/12/2020
Imposto de renda	-	3.661	-	6.335
Provisões para contingências fiscais e cíveis	-	1.467	-	1.435
Provisões com funcionários	-	663	2.038 (10)	2.691
Outras provisões	-	-	1.246 (49)	1.386
Demais intangíveis - Combinação de negócios	-	(1.833)	-	(3.451)
Provisões para contingências fiscais e cíveis	-	2.197	-	2.182
Provisões para perdas	-	880	-	861
Provisões com funcionários	-	398	1.223 (6)	1.615
Outras provisões	-	114	748 (29)	833
Demais intangíveis - Combinação de negócios	-	(1.099)	(971)	(2.070)
Créditos tributários	-	6.448	2.666	(186)
PIS e COFINS - Diferido sobre PSL e IBNR	-	22.366	-	(2.315)
Totais	-	28.814	2.666	(2.501)

(a) Durante o exercício a administração da Seguradora reavaliou suas estimativas de realização dos créditos tributários diferidos ativo de PIS e COFINS sobre PSL e IBNR, realizando a reversão do montante de R\$ 35.794 em setembro de 2021; A expectativa de realização dos créditos tributários está assim demonstrada:

	Valor 2022
Expectativa do ano de realização	13.492
Totais	13.492

18.2 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social juntamente com a sua composição das contas de resultados.

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos impostos e após as participações	210.905	42.213
Alíquotas nominais:		
IRPJ - 25%	(52.726)	(10.553)
CSLL - 20% (a)	(42.181)	(6.332)
Efeito das (adições)/exclusões:		
Provisões para contingências fiscais e cíveis	1.267	765
Provisões para perdas	(532)	(3.202)
Provisões com funcionários	7.804	(6.643)
Resultado Cisão	5.843	35.973
Outras provisões	-	(9.333)
Outros ajustes permanentes	(698)	(2.880)
Compensação e incentivos fiscais	200	150
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(81.023)	(1.855)
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	(14.382)	18.306
Imposto de renda e contribuição social de anos anteriores	-	8
Estorno da Majoração CSLL (5%)	1.798	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(93.607)	16.459

18.3 Impostos e contribuições a recolher: A provisão de impostos e contribuições sobre o faturamento e lucro real a recolher no passivo circulante são compostos por: (i) PIS e COFINS sendo, respectivamente, seus montantes R\$ 0 e R\$ 0 (R\$ 1.092 e R\$ 6.721 em dezembro de 2020) e (ii) Outras Contribuições, sendo seu montante R\$ 2 (R\$ 12 em dezembro de 2020). O Imposto de Renda e a Contribuição Social em 31 de dezembro 2021 foram antecipados a totalidade do imposto e contribuição apurados, assim como em 31 de dezembro de 2020.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Seguradora identificou como partes relacionadas seu controlador em última instância e empresas ligadas, seus administr

ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A.

CNPJ/ME nº 32.357.481/0001-83

www.allianz.com.br



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Javier Bernat Domenech - Presidente

Eduard Folch Rue - Vice-Presidente

DIRETORIA:

Andreas Markus Kerl

Eduard Folch Rue

Regina Helena Menezes Lopes

Renato Roperto

Rosely Boer Corino da Fonseca

ATUÁRIA:

Milena Farat Milani - Atuária MIBA nº 3107

CONTADOR:

Fernando Siqueira Alencar - Contador CRC 1SP213784/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Comitê de Auditoria da Allianz Brasil Seguradora S.A. é um órgão estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, constituído em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados, e atuando em conformidade com seu Regimento Interno. No cumprimento de suas atribuições o Comitê participou de reuniões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, de compliance, de riscos e controles internos, atuarial, de sinistros, e com os auditores internos e externos, avaliando, por meio de diferentes fontes e análise de relatórios, documentos e informações, os assuntos considerados relevantes. Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê

entende que o sistema de controles internos da Allianz Brasil Seguradora S.A. é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Os trabalhos realizados pela auditoria interna e pela auditoria externa não apontou falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. O Comitê analisou procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como das práticas

contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Allianz Brasil Seguradora S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022
COMITÊ DE AUDITORIA

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Allianz Brasil Seguradora S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Allianz Brasil Seguradora S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial

seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Allianz Brasil Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo – SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Allianz Brasil Seguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Brasil Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Brasil Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reorganização societária – Pedido de autorização prévia de incorporação

Conforme divulgado nas Notas 1, 2 e 21.1, a controladora Allianz Seguros S.A. protocolou o pedido de aprovação prévia de incorporação da Allianz Brasil Seguradora S.A. junto a SUSEP, o qual foi deferido em 03 de janeiro de 2022. Após a incorporação prevista para ocorrer em 2022 a controladora Allianz Seguros S.A. consolidará todas as atividades e fará a sucessão de todos os bens, direitos e obrigações da Seguradora. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas (PPNG-RVNE, PSL Judicial, IBNeR e IBNR) (Notas 3.8 e 13)	
A Seguradora possui obrigações referentes aos seus contratos de seguros registradas na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros" nas demonstrações financeiras. A mensuração das provisões técnicas envolvem julgamento crítico da administração na definição das metodologias de cálculo e premissas atuariais de cálculo, com destaque para as Provisões de Prêmios Não Ganhos referente a Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Sinistros a Liquidar Judiciais (PSL-J), e a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR). Considerando a relevância dos valores e os julgamentos e premissas envolvidos para a mensuração das referidas provisões técnicas, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos processos de mensuração das provisões técnicas. Para a PSL Judicial: (i) confrontamos os relatórios auxiliares com os respectivos saldos contábeis e inspecionamos, em base amostral, a documentação que comprova a existência do sinistro, bem como o valor contabilizado; (ii) realizamos procedimentos de confirmação da existência dos processos judiciais de sinistros, em base amostral, junto aos advogados externos responsáveis pelos processos; e (iii) com o auxílio de nossos especialistas atuariais, analisamos a razoabilidade da metodologia adotada e dos critérios de mensuração do valor de abertura dos sinistros judiciais, bem como, teste de consistência com o histórico da Seguradora. Adicionalmente, para a PPNG-RVNE, IBNR e o IBNeR, com o auxílio de nossos especialistas atuariais, realizamos a: (i) avaliação das metodologias de cálculo, tais como desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e sinistralidade esperada, comparando-as com as notas técnicas atuariais; (ii) testes de reconciliação das bases de dados de prêmios emitidos e sinistros avisados com os respectivos saldos contábeis; (iii) análise da razoabilidade e consistência das premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas; e (iv) recálculo independente das provisões efetuadas pela administração e confronto com os saldos contábeis correspondentes. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração para mensuração das provisões técnicas são consistentes e alinhadas com as divulgações efetuadas nas notas explicativas.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

